

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Extraído do documento de defesa



Rocha chegou a ir ao TSE juntamente com Valdemar

Valdemar de volta à cena do golpe

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, é autor de uma rara proeza. Ele conseguiu se enrolar pelos dois lados da polarização política brasileira. Quando era aliado do PT de Luiz Inácio Lula da Silva, foi um dos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na ação penal do mensalão. Teve uma pena de quase oito anos, ficou 11 meses detido, quando lhe foi conce-

dida prisão domiciliar. No caso do julgamento da tentativa de golpe, Valdemar acabou conseguindo se safar inicialmente: o procurador-geral da República, Paulo Gonet, não o colocou entre os denunciados. Essa situação deverá mudar, no entanto. E Valdemar já sabe disso e começou a se mexer, em busca de assessoramento para enfrentar a situação que poderá lhe chegar.

Reabertura

Relator do caso, o ministro Alexandre de Moraes sugeriu que se reabra a investigação sobre a participação de Valdemar. O presidente contratou o Instituto Voto Livre (IVL) para produzir o relatório técnico que embasou a ação que ele moveu contestando as eleições.

Contratante

No julgamento feito na terça-feira (21), os ministros da Primeira Turma, com exceção de Luiz Fux, condenaram o presidente do IVL, Carlos Rocha, como um dos integrantes do núcleo de desorganização. Condenaram o contratado e não condenaram o contratante?

Valter Campanato/Agência Brasil



TSE condenou o PL por litigância de má fé

Para Moraes, situação do PL precisa ser revisitada

Como o Correio Político já destacara em maio, quando se iniciou o julgamento da tentativa de golpe no STF, o fato de Valdemar ter ficado de fora já chamava a atenção. E foi, inclusive, destacado pelo advogado de Carlos Rocha na ação, Melillo Dinis. Na sua defesa desde então, Melillo destacou que o relatório técnico feito

pelo IVL nunca afirmou que havia possibilidade de fraudar as urnas eletrônicas. Havia uma cláusula de confidencialidade no contrato que impedia o IVL de falar sobre ele. Quem afirmou que havia essa possibilidade de fraude foi Valdemar, e não Rocha. E foi Valdemar quem acionou o TSE contra as eleições.

Ausência

Rocha não foi absolvido, mas a ausência de Valdemar foi sentida. E mencionada por Moraes. A sorte do presidente do PL é que isso lhe dará tempo. Se a sugestão de Moraes for aceita, a investigação sobre Valdemar será reaberta. Ou seja, começa outra vez da estaca zero.

Assessoria

Assim, ele já começou a usar interlocutores para sondar possíveis novos assessoramentos para enfrentar a situação e gerir a crise que, pelo posicionamento de Moraes, ficou para ele iminente. A inclusão precisa ser votada, mas provavelmente irá acontecer.

Indiciado

Mas Valdemar já comentou com pessoas próximas que sabe que o raio não cai duas vezes no mesmo lugar. Antes de ser livrado por Gonet, ele fora indiciado pela Polícia Federal. Avalia que agora, reaberto o caso, o destino final provavelmente será outro.

Maioria

Já ficou mais do que claro que Moraes tem maioria entre os integrantes da Primeira Turma, que o seguem quase integralmente. Fux, tão pouco à vontade, até pediu agora para mudar para a Segunda Turma. Enfim, nova proeza de Valdemar, ele está de volta à cena.

Lula adia anúncio de novo ministro do Supremo

Contrariando Alcolumbre, Jorge Messias é o preferido

Sabrina Fonseca

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) viajou para a Indonésia, na terça-feira (21), sem anunciar quem será o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A expectativa é que o escolhido seja mesmo o advogado-geral da União, Jorge Messias. O Correio da Manhã apurou, inclusive, que Lula já fez o convite a Messias. O anúncio, porém, deverá ser feito somente após o retorno de Lula da Ásia.

O problema, porém, é o risco de resistência ao nome no Senado. Especialmente vinda do presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), que apadrinha que a escolha recaia sobre o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Na segunda-feira (20), Lula chegou a se reunir com Alcolumbre no Palácio do Alvorada para conversar sobre a preferência de Lula por Messias para substituir o ministro Luís Roberto Barroso. O preferido de Alcolumbre, Pacheco, é também o nome adotado por parte do Senado e mesmo por uma ala do próprio STF. Para escolher Messias, portanto, Lula precisará quebrar essas arestas políticas. Por isso, ele optou por deixar a comunicação da escolha para quando estiver de volta ao Brasil.

Mas, de acordo com o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), Lula aposta em Pacheco para o governo de Minas Gerais, e dará prioridade no STF a Messias. O chefe do Executivo ainda deverá conversar com Pacheco



Ricardo Stuckert / PR

Lula precisa pavimentar com Alcolumbre o caminho de Messias no Senado

pessoalmente quando retornar de sua viagem à Ásia.

No início deste ano, o nome de Pacheco foi cotado para assumir uma das pastas na Esplanada na reforma ministerial que Lula fez. Mas, à época, o senador mineiro disse que a decisão de recusar o ministério se deveu a uma necessidade pessoal de “voltar para casa”, ou seja, priorizar sua atuação em Minas Gerais.

Após a escolha oficial de Lula, o nome definido ao STF ainda será sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, além de ser aprovado pela maioria no plenário da Casa.

Jorge Messias

Jorge Messias, de 45 anos, assumiu a chefia da Advoca-

cia-geral da União no início do terceiro mandato de Lula, em 2023. Anteriormente, ele foi subchefe para Assuntos Jurídicos (SAJ) da Presidência da República do governo de Dilma Rousseff. Tornou-se um dos protagonistas da Lava Jato, em 2015, quando teve seu nome citado em uma ligação entre Dilma e Lula, que estava sendo investigado.

À época, a então presidente se referiu ao advogado como “Bessias”. A ligação foi interceptada por ordem do ex-juiz Sérgio Moro, atual senador pelo União Brasil do Paraná, que julgava o caso.

Como ministro do STF, deverá ficar na Corte por três décadas. Isso porque, de acordo com o regimento interno do STF, os ministros

devem se aposentar ao completar 75 anos.

Boulos no governo

O presidente Lula também decidiu promover uma nova mudança em sua equipe ministerial. O deputado federal Guilherme Boulos (PSOL-SP) será o novo titular da Secretaria-Geral da Presidência, substituindo o ministro Márcio Macêdo.

A decisão foi anunciada após uma reunião entre o presidente, Boulos e Macêdo na segunda-feira (20).

A alteração faz parte de uma estratégia voltada para as eleições de 2026.

Com forte atuação nos movimentos sociais, Boulos é visto pelo governo como uma figura capaz de reforçar a ligação de Lula com essas bases.

Senado adia novamente amenização do tarifaço

Lula Marques/Agência Brasil



Para Motta, cobrança de bagagem de mão é abuso

a isenção do pagamento do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025), senador Renan Calheiros (MDB-AL), disse que fará alterações no texto. De acordo com o relator, o Senado não irá “fechar os olhos para inconstitucionalidades” acrescentadas pela Câmara dos Deputados.

Ele deve manter em seu parecer a isenção total até R\$ 5 mil e a isenção parcial do pagamento do imposto para quem ganha até R\$ 7.350. Apesar de não ter detalhado quais mudanças devem ser efetivamente realizadas, a expectativa é que ocorram nas exceções acatadas

pelo relator da medida na Câmara, Arthur Lira (PP-AL), como a não tributação de Letras de Crédito ligadas ao agro-negócio. Contudo, Calheiros deve optar por “fatiar” o texto para que a medida não retorne para a Câmara.

Bagagens

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (21), o regime de urgência do Projeto de Lei 5041/2025, que proíbe a cobrança de bagagem de mão em voos comerciais. De autoria do deputado federal Da Vitória (PP-ES), a aprovação da urgência do projeto garante que

a medida será votada direto no plenário da Casa, sem precisar ser analisado e aprovado previamente nas comissões da Casa.

“Querer cobrar também pela bagagem de mão é algo que esta Casa não irá concordar, e esse projeto garante que cada passageiro tem o direito de levar sua bagagem de mão”, disse o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Ele ainda lembrou que cabe ao Congresso Nacional definir se acata ou derruba um veto de 2022 do então presidente Jair Bolsonaro (PL). Na época, o ex-presidente vetou a Medida Provisória 1089/2021 aprovada pelo Congresso que proíbe as companhias aéreas de cobrar qualquer tipo de taxa por bagagem de até 23 kg em voos nacionais e até 30 kg em voos internacionais.

Em 2017 foi aprovado que as companhias aéreas passassem a cobrar o despacho de bagagens para voos nacionais e internacionais. Na época, a justificativa era que a medida iria reduzir o valor das passagens aéreas, tornando-as mais acessíveis – o que não foi o caso. “O que vimos acontecer foi o contrário, as passagens estão cada dia mais caras, e o passageiro paga também para despachar”, reiterou Hugo Motta durante sessão desta terça.

A Casa ainda aprovou o projeto de lei que concede validade por prazo indeterminado ao laudo de diabetes tipo 1 (PL 3472/2023). O projeto garante aos pacientes pegar a insulina sem precisar renovar laudos.